

**A criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – SC e seu impacto no uso dos recursos naturais**

The creation of Serra do Tabuleiro State Park – SC and its impact in the use of the natural resources

SEVERO, Christiane M. PGDR/UFRGS, chrisevero@yahoo.com.br; MIGUEL, Lovois Andrade. PGDR/UFRGS.

**Resumo:** Atividades envolvendo recursos e territórios de uso comum, dentro da emergente discussão e preocupação sobre desenvolvimento sustentável, têm propiciado a criação de unidades de conservação por parte do Estado. Localizada no município de Palhoça e fazendo parte do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a Praia da Pinheira demonstrou um comportamento atípico aos encontrados em comunidades onde se implantaram unidades de conservação. A explicação para este fenômeno se encontra no histórico desta vila de pescadores e foi verificada através desta pesquisa.

**Palavras-Chave:** Unidades de conservação, conflito, desenvolvimento sustentável, preservação ambiental.

**Abstract:** Under the emergent concern on sustainable development, activities involving common use resources and territories, are propitiating the creation of State conservation units. Located in the city of Palhoça, and being part of the Serra do Tabuleiro State Park, the Pinheira beach is demonstrating a non typical community behavior, as compared to others settled in conservation units. The explanation for this phenomenon was verified through the description of this fishing village, in this research.

**Key-words:** Units of conservation, conflict, sustainable development, environment preservation.

### **Introdução**

Atividades envolvendo recursos e territórios de uso comum, como no caso a faixa litorânea, os peixes, o ambiente marinho, etc., ou seja, bens públicos, dentro da emergente discussão e preocupação sobre meio ambiente, têm propiciado a criação de unidades de conservação por parte do Estado. Fato que desencadeia diversas conseqüências, afetando, sobretudo o modo de vida das populações locais. Pois, “o deslocamento de populações e as restrições de uso de recursos naturais em áreas protegidas podem ser uma ameaça à reprodução de populações consideradas tradicionais, geralmente já castigadas pela pobreza” (TEIXEIRA, 2004. p.3 *apud* BRITO, 2000; COLCHESTER, 2000). Além disso, nem sempre as práticas produtivas destas populações são incompatíveis com os objetivos da conservação, tornando-se mais um obstáculo à maior parte da sociedade local, na medida em que restringe o uso dos recursos naturais necessários à sua sobrevivência.

As unidades de conservação ambiental emergiram da discussão sobre as relações sociedade e natureza, e a conseqüente defesa do conservadorismo e/ou preservacionismo de áreas naturais. De acordo com DIEGUES (2004), distinguem-se

basicamente dois grandes enfoques na análise das relações homem/natureza. A primeira é chamada de “biocêntrica” ou “ecocêntrica” e pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo. Além disso, o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que possa ter para os seres humanos. A outra corrente é a chamada “antropocêntrica” (sobretudo pelos primeiros) porque opera na dicotomia entre homem e natureza, e para a qual o primeiro tem direitos de controle e posse sobre a segunda, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. A natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de “recursos naturais” a serem explorados pelo homem. A partir desses enfoques, temos três escolas recentes: a Ecologia Profunda, a Ecologia Social, e o Eco-Socialismo/Marxismo.

Ainda conforme DIEGUES (2004), as principais críticas feitas à criação de reservas naturais são sobre a questão das populações tradicionais e seus saberes que têm sido deixados de fora dos planos de manejo e implantação dos parques. O autor defende a terceira escola, dizendo:

*“Esse novo ecologismo que absorve princípios do chamado “novo naturalismo” de Moscovici se traduz em movimentos sociais que propõem o respeito à diversidade cultural [...] Fala-se em interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas sem se fazer distinção entre os interesses econômicos externos às áreas e as atividades daquelas populações em grande parte responsáveis pela manutenção da diversidade biológica [...] deve-se rejeitar tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto de que, colocando-se de lado áreas naturais para conservação, automaticamente se garantirá a integridade biológica”.* (DIEGUES, 2004. p.158-9)

### **Material e métodos**

Com o objetivo de verificar a influência da implantação do PEST sobre as atividades tradicionais da comunidade da Praia da Pinheira, esta pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico sobre o histórico da região de estudo e sobre a criação da unidade de conservação na mesma. Em um segundo momento, foi feita uma pesquisa empírica com a utilização de entrevistas abertas a membros da comunidade, especialmente os mais antigos, até atingirmos o *ponto de saturação* das informações.

### **Resultados e discussão**

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – PEST – foi criado em 1975 e abrange nove municípios, nove ilhas e também a ponta Sul da Ilha de Santa Catarina. É a maior área de conservação ambiental de Santa Catarina, com 87.405 hectares, esta Unidade de Conservação de proteção integral é de grande importância, pois além de santuário da biodiversidade, o parque guarda também as nascentes de sete rios, incluindo os que abastecem a Grande Florianópolis. (FATMA, 2003).

Localizada no município de Palhoça, a Praia da Pinheira pertencia, originalmente, à área do parque, porém, em 1979 teve desanexada uma faixa de 500 m, no sentido do mar para o continente, devido às pressões do processo de expansão turístico. Como parte do entorno do PEST, a Praia da Pinheira é caracterizada como Área de Preservação Especial – APE, onde o uso da terra é restrito, normatizado pelas definições da APE e licenciado pela FATMA (Fundação do Meio Ambiente).

Entretanto, a comunidade demonstrou um comportamento atípico aos encontrados em regiões onde se implantaram unidades de conservação. A explicação para este fenômeno se encontra no histórico desta vila de pescadores. Conforme CALDAS (1996), essa comunidade já não praticava mais agricultura quando se deu a criação do parque. Estes pescadores deixaram de cultivar as terras, mesmo para consumo próprio, alguns anos antes, quando se deu início ao turismo e a conseqüente especulação imobiliária, na região.

Portanto, a criação do parque, diferentemente de outras áreas – como, por exemplo, a região estudada por BITENCOURT (2000) – não gerou conflito em relação à utilização dos recursos naturais pela comunidade. Os problemas verificados, de acordo com OLIVEIRA (2005), têm origem na base operacional do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que ainda se encontra sem o Plano de Manejo, indicado no Plano Diretor de 1976. Fato que aumenta a dependência de políticas governamentais em âmbito nacional, estadual e municipal, gerando conflitos associados à descontinuidade das ações, a pressões adversas, à carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e políticos; e os mesmos são agravados pela especulação imobiliária, pelas atividades econômicas, pelas atribuições e competências institucionais e pelas restrições ao uso de propriedade. Nesse contexto, o conflito, se dá pelo crescimento desordenado do turismo, pois há restrição a construções, e o incremento populacional nos meses de verão é intenso, não havendo infra-estrutura, principalmente de tratamento de esgotos.

Porém, as quatro atividades previstas na legislação, referentes aos parques –

pesquisa científica, turismo ecológico, educação ambiental e recreação no contato com a natureza - ainda estão indefinidas, sendo uma possibilidade de geração de renda ainda em processo de implantação.

No contexto atual de desenvolvimento (*pensar globalmente, agir localmente*), frente a essas situações, pode-se pensar que o modelo de unidade de conservação em si não está equivocado, porém, o modo de gestão do mesmo deveria ser descentralizado. Sobretudo nesse caso, onde a região é extensa e muito diversificada em termos geomorfológicos e de modo de exploração dos recursos.

A proposta atual é de implantação de conselhos gestores. Contudo, ainda não foram implantados, e nem mesmo houve uma tentativa de se implantarem os mesmos.

### **Referências Bibliográficas**

- BITENCOURT, Neres L.R. Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental. Estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2000.150p.
- BRITO, M.C.W. Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2000.
- CALDAS, Otávio J. História da Praia da Pinheira. Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de bacharel em História. Florianópolis: UFSC, 1996.
- COLCHESTER, M. Resgatando a natureza. In: DIEGUES, A.C. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo/Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.
- DIEGUES, Antônio C.S. O mito moderno da natureza intocada. 5. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2004. 170p.
- FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (FATMA). A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Florianópolis: FATMA, 2003.128p.
- OLIVEIRA, Ivone Adelina de. Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC. Tese. Engenharia de Produção, 2005. Florianópolis: UFSC, 2005. 269p.
- TEIXEIRA, Cristina F. O desenvolvimento sustentável em Unidades de Conservação: a naturalização do social. In: XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS/2004.